

Idéias

Revista mensal do Sindicato dos Servidores
das Justiças Federais do Estado no Rio de Janeiro
ANO I, número 3 – Junho / 2006

EM REVISTA

PCS Greve faz executivo fechar acordo com Judiciário



FENAJUFE se mobiliza contra mudança na aposentadoria

Marcelo Freixo: Violência não se combate com

Frei Betto analisa os valores morais na sociedade de mercado

(p. 15)

Seguranças Rio Branco Campeão Invicto do I Taça João Saldanha de Futsal

Seguranças Rio Branco confirmou o favoritismo, venceu o Chope Duplo nas duas partidas finais e levou a taça de campeão do I Taça João Saldanha, campeonato de futsal do Judiciário federal. No primeiro jogo a vitória foi por 3 x 1, na segunda partida da final, uma goleada por 6 x 3. O time dos seguranças também teve o artilheiro do campeonato, Washington, com 26 gols (empatado com Marcos Vinícius do SISEJUFE), o goleiro e a defesa menos vazada.

O craque do campeonato foi o jogador Marcus Vinícius, do Chope Duplo, como melhor goleiro, triplo empate: Júlio, do 14 Tris; Rafael, da Seman Rio Branco e Roberto, Chope Duplo.

Veja abaixo a campanha do time campeão:

1ª Fase: 1º rodada: Embalo A 2 x 10 Seguranças; 2º rodada: Seguranças 7 x 7 Amontoados; 3º rodada: Seguranças 12 x 4 Justiceiros; 4º rodada: Embalo A 0 x 2 Seguranças (w x O); 5º rodada: Seguranças 2 x 0 Amontoados (w x O); 6º rodada: Seguranças 2 x 0 Justiceiros (W x O)

Semi finais: Seguranças 6 x 4 Embalo B; Seguranças 12 x 6 Embalo B

Decisão: Chope Duplo 1 x 3 Seguranças; Seguranças 6 x 3 Chope Duplo

Violência só agrava a violência urbana

As estatísticas indicam que Rio e São Paulo são as cidades brasileiras de maior índices de violência urbana. Diariamente, cariocas e paulistas são surpreendidos por fatos que resultam, não raramente, em mortes que poderiam ser evitadas, como aconteceu com o guitarrista Netinho, da banda de rock Detonautas. Fatos como este e as recentes ações do crime organizado, em São Paulo, levam uma parcela da opinião pública e o mundo político, estimulados pela mídia conservadora, a pedirem leis mais rigorosas e mesmo o uso de métodos violentos para conter a violência.

Tais práticas, no entanto, são utilizadas pelas autoridades da área de segurança há décadas, e, nada resolvem. Muito pelo contrário, como explica o defensor dos direitos humanos, Marcelo Freixo, em entrevista exclusiva à *Idéias em Revista*.

A capital paulista serve de exemplo para demonstrar a ineficácia desse tipo de ação muito comum da polícia brasileira. Os covardes assassinatos de policiais, praticados por integrantes do PCC, tiveram como resposta a violência institucional, aplaudida por muitos políticos conservadores que correm atrás de voto.

Ao se analisar a postura de certos políticos, pode-se constatar uma grande hipocrisia. Geralmente, os mesmos que manifestam a sua indignação com o quadro de violência são os maiores defensores de uma política econômica de redução da presença do Estado, para cumprir compromissos fiscais. Ou

seja, quando o Estado reduz os gastos nas mais diversas áreas, exatamente para atender as exigências do pagamento das dívidas, interna e externa, os primeiros a aplaudir esse tipo de política são os defensores do Estado mínimo e contrários ao que denominam simploriamente de "populismo".

Separar a falência do Estado da política econômica posta em prática no Brasil nos últimos anos é, por assim dizer, tapar o sol com a peneira. Hoje, dos três milhões de jovens formados nas universidades, 800 mil não são absorvidos pelo mercado de trabalho, segundo indicam estatísticas oficiais. Nos setores sociais de mais baixo poder aquisitivo, o quadro é ainda mais preocupante. O Estado, de um modo geral, está ausente das áreas onde moram os mais pobres. Favelas e bairros da periferia viram presa fácil do crime organizado, que ocupa o lugar do Estado ao oferecer qualquer tipo de assistência.

Os governos que tentam de alguma forma enfrentar essa situação grave, destinando mais verbas para os setores excluídos do bolo, são logo chamados de "populistas", ou de outros adjetivos do gênero. A persistir essa forma inócua de encarar o problema da violência urbana, a população vai assistir, rotineiramente, casos como os da rebelião do PCC, em São Paulo, e de assassinatos de jovens como Netinho, no Rio, ou de outros brasileiros que não aparecem nas páginas dos jornais. Mudar esse quadro é de máxima urgência. Ou isso, ou então a barbárie se aprofundará.



Filiado à FENAJUFE e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas, 509/11º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ
CEP 20071-003

TEL./FAX: (21) 2232-1004

PORTAL: <http://sisejuferj.org.br>

ENDEREÇO: imprensa@sisejuferj.org.br

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Márcio Hungerbühler, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Penélope Diniz Bittencourt Nepomuceno, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves.

IDÉIAS EM REVISTA

JORNALISTA RESPONSÁVEL:
Mário Augusto Jakobskind (RJ 13.389/JP)

REDAÇÃO e REVISÃO:
Max Leone (Mtb 18.091)

PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO:
Claudio Camillo (Mtb 20.478)

ILUSTRAÇÃO:
Latuff

IMPRESSÃO:
PALAVRAS PINTADAS Editora e Gráfica Ltda
(7.000 exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores.



Plano de Cargos e Salários	2	O vago exclusivo para mulheres combate a violência sexista?	14
Fenajufe se mobiliza contra mudança na aposentadoria compulsória	4	Valores do mercado	15
Cartas	6	Violência não se combate com violência	16
Influência estrangeira	7	CUT elege4 nova presidente	19
A poesia de Galeano	8	Mais Brasil?	20
Máximas do Barão	9	Barbárie social: capital São Paulo	21
Passeata dos 100 mil	10	George W. Bush – julgado e condenado em solo brasileiro	22
Movimento dos Sem Terra, idéias e objeto	11	Lições da Colômbia	23
Etnias Indígenas	12	Como assassinar um anjo	24

Greve Vitoriosa: presidente Executivo fechar acordo

Depois de muita luta conseguimos o que parecia impossível: o Executivo recuou de sua intenção de cortar os valores do PCS em mais 60%.

O reajuste, no projeto inicial, seria de 60% sobre a remuneração; já a proposta do Governo era baixar para apenas 20%, parcelado em quatro anos, sendo concedidos 5% ao ano!. Diante de nossa mobilização, eles aceitaram a proposta integral original do PCS (ainda que parcelada). Foi uma grande vitória do nosso movimento, que desde o primeiro momento rechaçou a proposta de alterar o projeto do PCS.

A primeira proposta do Ministério do Planejamento era tão ruim que, o que vamos conseguir de aumento só em 2006 – cerca de 18% – era quase o total do reajuste da contraproposta do Executivo – 20% em 4 anos – o que importaria à categoria um projeto reduzido de aumento de vencimentos, que nos amordaçaria por 4 anos na luta por algo melhor.

A pressão da greve e a coerência do SISEJUFE-RJ e da FENAJUFE de não recuarem, mantendo a proposta original de 60% de aumento, fizeram com que o Judiciário pressionasse o Executivo, que no fim cedeu e fechou o acordo, que mantém o nosso PCS na íntegra, ainda que haja o parcelamento em 6 vezes: (15% do projeto em junho de 2006, 15% em dezembro de 2006; 15% em julho de 2007, 15% em dezembro de 2007; 20% em julho de 2008, 20% em dezembro de 2008), mantivemos a proposta de 60% em 3 exercícios fiscais, sem a perda de um único centavo na integralização do projeto!

Veja o que você ganha com o novo projeto:

60% de aumento na remuneração (36% de aumento no vencimento básico

co e a GAI que passa de 30% para 50%);

Carreira típica de Estado;

Quadro único (possibilidade maior de transferências);

GAE de 35% (oficial de justiça) e GAS de 35% (agente de segurança);

Adicional de Qualificação (2,5% para auxiliares que façam cursos de especialização; 5% para auxiliares e técnicos com nível superior; 7,5% para pós-graduação; 10% para mestrado; 12,5% para doutorado);

Regularização da situação do pessoal do B17, evitando as perdas salariais;

Ascensão funcional durante estágio probatório;

Aumento na opção das FCs e CJs para 65% (proposta do STF), Aumento de 30% nas Cjs (proposta do STF).

A nossa conquista é fruto de muita luta. De uma greve de mais de 30 dias seguidos, fora as paralisações e as mobilizações que fizemos ao longo de dois anos para o PCS ser aprovado. Agora ficaremos na vigília e continuaremos a pressão, para que o substitutivo que garante o acordo seja aprovado rapidamente no Congresso. Nosso aumento, de 60%, é o maior de uma categoria de servidores neste ano!

STF confirma nossa vitória !

A confirmação da nossa vitória da nossa mobilização veio no dia 23 de junho, quando o o Supremo Tribunal Federal (STF) anunciou que o acordo com o Executivo para concessão de reajuste aos servidores do Judiciário foi fechado, por meio da reestruturação de um plano de cargos e salários. Em reunião, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, garantiu à presidente do STF, ministra Ellen Gracie, que o acordo estava fechado e que, em seguida, seria comunicado ao presiden-



te Luiz Inácio Lula da Silva. Pelo acertado, os reajustes previstos no plano de cargos serão incorporados em seis parcelas, de junho de 2006 a dezembro de 2008.

Mobilização das últimas semanas de junho garante acordo

A última manifestação realizada pela categoria - antes do fechamento desta edição do Idéias em Revista, em 21 de junho, contou com participação de servidores de todos os fóruns da capital, da Justiça Federal, do TRF, do TRE e do TRT. Mais de 400 funcionários do Judiciário Federal tomaram a Avenida Rio Branco e saíram em passeata até a sede do TRE, onde foi realizado um ato

Sessão da categoria faz do com Judiciário



público em defesa do projeto de Lei 5.845, o chamado PCS3. Com palavras de ordem como “Não é mole não, ou sai o PCS ou paramos a eleição”, os servidores se fizeram ouvir pela população.

O ato ajudou a mostrar o grau de mobilização e a vontade de lutar pela garantia de nossos direitos. A nossa garra será mantida até a aprovação final do projeto. A greve foi suspensa, mas estamos em estado de greve, em vigília pela tramitação na Câmara.

Outra grande demonstração de força do movimento, e que revelou a competência da FENAJUFE na mobilização dos sindicatos, foi, sem dúvida, a aprovação, por unanimidade, do PL 5.845/05, relativo ao PCS, na CCJC da Câmara dos Deputados.

A Federação comandou os sindicatos filiados na pressão sobre os deputados, cada estado em sua base, para que houvesse quórum na sessão da comissão, que aconteceu no dia da estreia do Brasil na Copa da Alemanha. Muitos duvidaram que naquele dia houvesse deputados suficientes para a votação do projeto.

Foi uma luta sem quartel da Federação e dos Sindicatos, da qual o SISEJUFE-RJ participou ativamente, para garantir a aprovação do PCS3 (a aprovação do projeto na CCJC apressou o acordo com o Executivo). Só uma Federação nacional com muito respeito, força e respaldo de uma grande greve, seria capaz de superar a resistência do Executivo e aprovar o PCS na CCJC no dia de um jogo da Seleção ■

PCS não se confunde com revisão geral de remuneração

Quando foi divulgada a informação de que o Tribunal Superior Eleitoral proibira o governo federal de decretar o reajuste do funcionalismo público 180 dias antes da realização das eleições, muitos servidores ficaram em dúvida se a resolução afetaria o nosso PCS, mas a Resolução 21.054/2002 (CTA 772 – Classe 5ª – Distrito Federal) deixou claro que a medida não atinge o plano:

“A aprovação, pela via legislativa, de proposta de reestruturação de carreira de servidores não se confunde com revisão geral de remuneração e, portanto, não encontra obstáculo na proibição contida no artigo 73, inciso VIII, da Lei 9.504, de 1997(...) Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, responder negativamente à consulta, nos termos do voto do relator, que fica fazendo parte integrante desta decisão. Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

FENAJUFE se mobiliza contra a mud



Diretores da FENAJUFE dirigem os trabalhos na XIII Plenária Nacional

Leonor Costa*

O plano de lutas da XIII Plenária Nacional da Fenajufe, realizada em Natal, em 21 de maio, aprovou várias reivindicações de interesse dos servidores públicos federais, não só do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, mas de todo o funcionalismo. Os delegados aprovaram a realização de uma campanha nacional contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 457/05, que aumenta para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos servidores públicos. A proposta tramita na Câmara dos Deputados, e no momento está na Comissão Especial criada exatamente para analisar o mérito da matéria. A rejeição da proposta foi defendida no plenário pelo presidente do Sinjufego/GO, Cezar Prazeres.

Com a decisão dos delegados da XIII Plenária Nacional da Fenajufe, os servidores do Judiciário e do MPU devem acompanhar a atuação de várias outras entidades, que já vêm trabalhando pela retirada da PEC do Congresso Nacional, entre elas AMB (Associação dos Magistrados do Brasil) e outras entidades sindicais dos servidores federais. A PEC, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB/RS), já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado e desde novembro de 2005 está na comissão especial na Câmara dos

“A Fenajufe lutará para garantir o acompanhamento dos trabalhos nos colegiados do CJF, CSJT, CNJ e CNMPU”

Deputados, sob a relatoria do deputado João Castelo (PSDB/MA). Antes de ir para a comissão especial, a proposta foi aprovada na CCJC da Câmara.

Além da campanha contra o aumento de idade da aposentadoria compulsória, os delegados da XIII Plenária da Fenajufe aprovaram outros itens relacionados aos servidores públicos federais, como campanha salarial unificada do funcionalismo público, retirada da PEC 02/03 do Congresso Nacional, fim do nepotismo e das terceirizações nos órgãos públicos e recuperação e ampliação dos direitos retirados do Regime Jurídico Único.

A Fenajufe encampará e adotará medidas para pressionar os TRTs a obedecerem a resolução nº 10/05, do CSJT, que decidiu pela isonomia da indenização de transporte dos oficiais de justiça do Trabalho com os da Justiça Federal. A Fenajufe lutará



Categoria participou ativamente das decisões da

para garantir o acompanhamento dos trabalhos nos colegiados do CJF, CSJT, CNJ e CNMPU.

Foram aprovadas várias moções e sugestões como, entre outras, o NÃO À ALCA; fortalecimento do Mercosul e relacionamentos com os demais países latinos; apoio à nacionalização das reservas de petróleo e gás boliviano; campanha salarial unificada; contra a atual proposta de reforma sindical; contra a retirada de direitos trabalhistas; fim da intromissão estatal nas entidades sindicais; pagamento pelo Estado (União) da remuneração dos dirigentes sindicais liberados para mandato classista; mobilizar os trabalhadores e os movimentos sociais para redirecionar os rumos da economia do Governo Federal, com o objetivo de diminuir as desigualdades e aumentar o desenvolvimento nacional ■

anção na aposentadoria compulsória



XIII Plenária

Por ampla maioria, plenária aprova permanência da Fenajufe na CUT

Um dos momentos mais agitados da XIII Plenária Nacional da Fenajufe foi durante os debates sobre a atuação do movimento sindical cutista e sobre a manutenção da filiação da Fenajufe na Central Única dos Trabalhadores. Algumas propostas de resolução foram apresentadas sobre esse tema e votadas pelos delegados da plenária.

Entre elas se destaca a que define a continuidade da Federação na base do movimento sindical cutista. O texto aprovado como resolução de conjuntura nacional assinala que "mais do que nunca, diante da ofensiva patronal e da direita que se aproveita do terreno dado pelo governo Lula, temos que preservar as nossas organizações sindicais.

Por isso, é criminosa a política de divisão patrocinada por setores como a Conlutas, que em nome de combater a política da maioria da direção da CUT, pregam a desfiliação de sindicatos da nossa central, enfraquecendo uma conquista de classe".

Eleições de 2006

Após aprovar a resolução sobre a permanência da Fenajufe na base do movimento sindical da Central Única dos Trabalhadores, os participantes da XIII Plenária Nacional da Fenajufe ainda continuaram com debates intensos, que provocaram várias manifestações do plenário. Mesmo no fim da plenária, no início da noite do domingo, quando todos já estavam cansados, as discussões não perderam o pique e os delega-

dos e observadores debateram ainda alguns temas importantes sobre conjuntura nacional.

A última proposta de resolução discutida e aprovada pelos delegados da XIII Plenária Nacional da Fenajufe foi referente às eleições de 2006, que acontecem em outubro, em todo o país. Os delegados aprovaram o texto "Eleições 2006: A Fenajufe e os projetos em disputa":

"A história da Fenajufe está alicerçada no sindicalismo combativo e democrático. Esta concepção de sindicalismo nos colocou como um dos protagonistas da luta social em nosso país no último período. (...) Com o advento do governo Lula, a Fenajufe orientou sua intervenção na perspectiva da mudança de rumos do país. (...) Comemoramos algumas rupturas importantes com as políticas neoliberais", afirmam alguns dos trechos da resolução.

Os delegados da plenária aprovaram que a Fenajufe se posicione, durante o processo eleitoral deste ano, contrária à candidatura à Presidência da República de Geraldo Alckimin, pelo PSDB.

SISEJUFE-RJ participa da XIII Plenária da FENAJUFE

Entre os dias 18 e 21 de maio de 2006, a delegação do Rio de Janeiro composta por cinco diretores do SISEJUFE-RJ, Ricardo de Azevedo Soares (Justiça Federal Venezuela), Dulavim de Oliveira Lima Júnior (Justiça Federal Venezuela), Penélope Diniz (Justiça Federal Rio Branco), Lucilene Lima (Aposentada do TRT), David Cordeiro (TRT) e quatro companheiros da base Og Barbosa (Justiça Federal), José Fonseca (TRF), Mariana Mariana Liria (TRF) e Marcello Matos Guimarães (Justiça Federal Venezuela) participou da XIII Plenária da FENAJUFE, realizada em Natal, Rio Grande do Norte.

Confira a íntegra das teses aprovadas na XIII Plenária da FENAJUFE, acessando a página da Federação: www.fenajufe.org.br
< <http://www.fenajufe.org.br/> > ■

(*) Jornalista da FENAJUFE

Olá, Pessoal,

A nova revista está ótima, muito mais dinâmica, moderna, bem ilustrada, enfim, parabéns a quem teve tal iniciativa. Um veículo bem elaborado é bem mais eficiente na comunicação com a gente. Parabéns a todos, e especialmente ao companheiro Laerte Braga, que teve bastante lucidez na matéria da página 20 do segundo número. Tereza Cardoso.



Categoria opina sobre PCS

PCS demonstra um reconhecimento do valor do servidor público, do servidor aqui da Justiça federal, do judiciário federal do TRF, do TRT e do TR de todo o Brasil. A mobilização está boa, o sindicato tem feito o possível, é lógico, que não é todo mundo que participa. Enfim isso é uma questão pessoal, mas, o sindicato tem atuado de maneira significativa, o sindicato tem feito de tudo para que a mobilização seja essa que a gente está vendo, que realmente a nível de Brasil está muito boa. Alexander Fernando Vieira Oliveira. A ação do sindicato tem sido positiva e fundamental. O pior cego é aquele que não quer ver. As pessoas não vêem a atuação do sindicato e não reconhecem o valor da atuação deles porque não querem. Mas, que é fundamental é.

(Alexander Fernando Vieira

Oliveira - técnico judiciário e trabalho aqui na 29ª Vara Federal) .



Eu acho um plano ótimo para todos nós servidores. Muito bom. Sobre a mobilização em torno do PCS, eu acho que precisaria de uma mobilização maior dos servidores. Uma conscientização de que sem mobilização não vai acontecer nada. Eu acho que eles precisam descer, reforçar. Quer dizer, mais colegas ajudando no movimento. Acho que no geral o sindicato está mobilizando legal, embora as pessoas que fazem parte da diretoria do sindicato, às vezes fornecem informações divergentes.

(Pedro Paulo Leal – assessoria de imprensa da JF).



Eu não vejo o PCS como ideal, mas, no momento, pela mobilização que nós tivemos eu considero satisfatório. Isso uma vez aprovado. A mobilização eu considerarei razoável. Muito aquém ainda do ideal. A mobilização se limitou a poucas pessoas, eu acho que poderíamos ter feito uma mobilização muito maior. A mobilização do sindicato eu acho que está bem. Eu acho que o sindicato tem conduzido bem e eu acho que não dependeu muito dele. Eu acho que ele está fazendo as ações corretas. Falta uma maior conscientização da nossa ca-

tegoria nesse sentido. (Fernando Santos – Informática da JF.



Eu achei que o PCS foi uma boa proposta que o sindicato fez e que as federações aí fecharam, eu acho que vai trazer bastante vantagem para os servidores. A mobilização está boa. Eu também estou achando boa lamentação só que o pessoal da justiça eleitoral não esteja participando em massa, somente mais a parte da informática e mais alguns outros setores de RH e administrativo. Mas, considerando o número de servidores do quadro que nós temos na Justiça Eleitoral, era de se esperar um pouquinho mais. Mas, de qualquer forma está bem mobilizado. A ação do Sindicato está muito boa também. Eu estou gostando muito todos estão participando, todos estão incentivando e também estou achando muito boa a participação. Tenho esperança de ver esse plano aprovado o quanto antes porque vai ser bastante vantajoso para a categoria. (Ricardo Freire – Informática do TRE) Eu acho justo o PCS, há 4 anos que a gente não tem um reajuste salarial. A mobilização está começando agora a tomar mais força. Estava meio devagar. Eu espero que mais gente, se não houver pressão não vai acontecer nada. A ação da diretoria do Sindicato? Eles estão de parabéns. Eu acho que eles estão fazendo o melhor que eles podem. Eu acho que vale a pena se sindicalizar porque eu sinto muita força da parte dele.

Maria Lúcia Teixeira – TRT.
Centro Cultural Justiça Federal

“To Speak or Not to Speak?”

Clarisse Faria*

Tramita no Congresso Nacional um projeto de lei, de autoria do deputado federal Aldo Rabelo (PC do B-SP), que visa desestimular o uso de palavras estrangeiras em nosso idioma. Ainda que aprovada, qual seria o efeito dessa lei em nosso dia-a-dia? Não creio que a mudança de uma postura cultural possa ser alterada em virtude de uma lei. Além do mais, quais seriam as sanções aplicáveis aos possíveis infratores? Qual seria a forma de fiscalização? Ponho-me a imaginar quão estapafúrdia soa a penalização de um “imortal”, por utilizar-se de estrangeirismo em sua obra (?!).

A língua, como forma de expressão cultural de um povo, é viva e dinâmica. O Português que falamos aqui é diferente do casto idioma falado em Portugal. Essas nuances são marcas da nossa história, de nossas heranças étnicas, que nos identificam como brasileiros. A linguagem traz uma carga afetiva que transcende qualquer gramática. É notório que todas as línguas, em qualquer tempo “sofreram e sofrem” influências estrangeiras, muitas foram até modificadas mesmo. Prova da indubitável presença de intercâmbio e tolerância entre os povos.

Não podemos esquecer que o idioma é uma grande ferramenta de dominação e poder. Podemos citar, só como exemplo, a quantidade de idiomas latinos que brotaram no Império Romano, a influência norte-americana em nosso Português, atualmente, e francesa, anteriormente. Todavia, não devemos nos



“Um povo somente absorve aquilo que lhe convém e com o qual se identifica”

olvidar que nossa língua não sofreu somente influências de povos dominantes, havendo grande colaboração indígena e africana. Reflexo do espírito democrático e sincrético que nos caracteriza.

Um povo somente absorve aquilo que lhe convém e com o qual se

identifica. Pensamento e cultura são elementos indomáveis. Ou se aniquila, aniquilando-se seus portadores, ou são saboreados e adotados de bom grado. É claro que um povo educado e instruído sabe discernir melhor suas conveniências, separando, com maior aptidão, o joio do trigo. Por trás de toda cultura e toda linguagem, há o homem consciente e responsável por suas opções ■

(*) Servidora da 24ª Vara Cível

Poema em protesto contra as florestas de eucaliptos, os desertos verdes, como os da Aracruz no Brasil, assassinos da flora e da fauna, extinguem as fontes d'água e expulsam os pequenos agricultores de suas terras. A Aracruz e seus eucaliptos são daninhos à natureza!

Mudos

Eduardo Galeano,

Muitos são os anéis que seus aniversários desenharam em seu tronco. Estas árvores, estes gigantes cheios de anos, levam séculos cravados no fundo da terra, e não podem fugir. Indefesos diante das serras elétricas, rangem e caem. Em cada derrubada o mundo vem abaixo; e a passarada fica sem casa.

Morrem assassinados os velhos estorvos. Em seu lugar, crescem os jovens rentáveis. Os bosques nativos abrem espaço para os bosques artificiais. A ordem, a ordem militar, ordem industrial, triunfa sobre o caos natural. Parecem soldados em fila os pinheiros e eucaliptos de exportação, que marcham rumo ao mercado internacional.

Fast food, fast wood: os bosques artificiais crescem num instante e vendem-se num piscar de olhos. Fontes de divisas, exemplos de desenvolvimento, símbolos de progresso, esses criadouros de madeira ressecam a terra e arruinam os solos.

Neles, os pássaros não cantam.

As pessoas os chamam de bosques do silêncio.

Escritor uruguaio autor, entre outros livros, do clássico "Veias abertas sobre a América Latina"

Era só o que faltava. Almanaque D' "A Manhã"

Maio

O mês agrícola

Não é conveniente iniciar este mês plantando cereais ou legumes que exijam muito trabalho e inversão de grandes capitais. Para um debutante da vida rural é aconselhável começar modestamente, vendendo aos vizinhos as plantas e as ervas daninhas que nascem em volta da casa.

Em primeiro lugar, essa limpeza em torno da residência, dará aos visitantes a idéia de que ali existe uma luta livre entre a mão do homem e a própria natureza. A notícia dessa luta será, em todo o caso,

uma boa propaganda e um extraordinário chamariz de clientes para a fazenda. O povo adora as lutas livres e é capaz de fazer ingentes sacrifícios para assistir a um espetáculo desse gênero.

Depois, o agricultor incipiente verá com os seus próprios olhos como é difícil vender as suas verduras. Os que têm dinheiro não querem pagar e os que querem pagar não têm dinheiro.

Mas isso tudo não será nada. Se não conseguir vender suas ervas ao vizinho ou no mercado mais próximo, paciência. O homem sadio dos campos não deve se deixar abater com essas pequenas contrariedades e deve continuar a sua faina, recitando aquela canção do tamoio que diz: "A vida é combate, que os fracos abate e aos bravos e aos fortes só pode exaltar!" Trate, sem perda de tempo, de enfardar os seus vegetais, preparando-os para a exportação, sem esquecer certas exigências do comércio externo. Este requer, antes de tudo, a standardização do produto, que deve ser sempre o mesmo. (p. 14)

Efemérides

No tempo em que se aprendia gramática portuguesa, no Brasil, o dia 24 de maio era consagrado à comemoração da batalha pronominal entre o "tu" e o "ti". Depois os homens ficaram ainda mais estúpidos. Veio a Guerra do Paraguai e, desde então, passamos a comemorar a Batalha de Tuiuti, na mesma data. (p. 14)

Conselho do mês

Fuja das praias em maio, para evitar um desmaio. (p. 14)

Enxoval, ele tem

Um repórter perguntou ao deputado Alcides Carneiro se pretendia ser ministro no futuro governo.

– Enxoval eu tenho... – respondeu o parlamentar, com um brilho esverdeado de esperança no olhar.

– Tudo é possível, velhinho... Aliás, o enxoval, no caso, numa terra em que os ministros entram e saem enxovalhados. (p. 16)

O que vai pelo mundo

Em sua recente estada em Portugal, o senhor Janio Quadros assistiu uma representação do "Hamlet" de Shakespeare, tendo a ocasião de ouvir um artista dizer, em certa altura da representação: - Há qualquer coisa de podre no reino da Dinamarca". Diante de tão grave denúncia, Janio embarcou precipitadamente para aquele pequeno país, percorrendo-o



REPRODUÇÃO

de bicicleta, em todas as direções, à procura do foco de imundície para varrê-lo. S. Exa. não logrou seu objetivo, pois encontrou o território dinamarquês muito limpinho por toda parte. Parece que se trata de uma intriga da oposição. (p. 22)

"Miss Turquia" é de Pindamonhangaba

Esta jovem não é turca nem conquistou nenhum prêmio de beleza, mas atualmente ela é conhecida como "Miss Turquia", em virtude de uma queixa levada contra ela à polícia, por um cidadão lusitano, que declarou ao delegado:

– Ela m'ísturquia!

– Ela é "Miss Turquia"?

– Sim, dotoire! Ela m'ísturquia todo o dinheiro que eu isturquia da freguesia... (p.23)

Urçamento

Urçamento é uma conta que se faz, pra saveire como debemos aplicaire o dinheiro, que já gastamos. (p.24) ■

Passeata dos 100 mil: um marco na história do Rio de Janeiro

Mário Augusto Jakobskind

E lá se vão 38 anos. O Brasil vivia tempos de trevas, mergulhado numa ditadura militar que procurava manter o povo sob cabresto, impedindo qualquer tipo de manifestação contrária. Mas as exigências das autoridades constituídas, de fato e não de direito, não atemorizavam os jovens. Secundaristas e universitários, desde o ano anterior, iniciavam o seu aprendizado político nas ruas gritando “abaixo a ditadura” e “povo unido jamais será vencido”.

Quase dois meses antes daquele 26 de junho, um adolescente de 17 anos, vindo do Pará para tentar melhorar de vida era assassinado pela PM durante uma manifestação no restaurante Calabouço (frequentado por estudantes pobres com refeições a preço módico, que acabou fechado pela ditadura). O corpo de Edson Luiz foi levado à sepultura por mais de 50 mil pessoas, que seguiram em cortejo, a pé, da Cinelândia até o cemitério São João Batista, numa das manifestações populares mais expressivas desde o golpe de Estado que derrubou o presidente constitucional João Goulart, em 1º de abril de 1964.

Estudantes, religiosos, intelectuais, donas de casa, enfim, o povo em sua expressão mais ampla, saíram às ruas para protestar contra a ditadura. Os estudantes pediam mais verbas para a educação e denunciavam o caráter nefasto do acordo MEC-Usaid, que objetivava basicamente a privatização do ensino. Às 10 horas da manhã de 26 de junho de 1968 começou a concentração, que reuniu, de Chico Buarque de Holanda a Paulo Autran, passando por Caetano Veloso, Bispo Dom Castro Pinto, Fernando Gabeira, Vladimir Palmeira, Franklin Martins e muitos outros. O governo do estado teve de ceder à pressão popular,



retirando as forças policiais das ruas.

Os próprios estudantes fizeram a segurança da passeata, que se encerrou às 17 horas na Praça XV. A manifestação transcorreu em perfeita ordem, numa demonstração de maturidade do movimento estudantil. Um provocador tentou insuflar a massa para quebrar os vidros de lojas próximas a um departamento do governo, o Conselho de Segurança Nacional, na Rua da Assembléia, sendo detido pelos organizadores da passeata, que descobriram tratar-se de um agente policial.

O governo federal, sob o comando do general de plantão Arthur da Costa e Silva, nunca imaginou que o movimento popular pudesse realizar uma manifestação pública da envergadura da passeata dos 100 mil. Passou a reprimir com maior violência ainda as passeatas estudantis que se seguiram e sempre contaram com o apoio efusivo dos cariocas. Papéis picados jogados dos prédios da Avenida Rio Bran-

“O governo, sob o comando do general de plantão Arthur da Costa e Silva, nunca imaginou que o movimento popular pudesse realizar uma manifestação pública da envergadura da passeata dos 100 mil”

co, protestos contra policiais militares truculentos, traduzidos em arremesso de objetos nos soldados, compunham o cenário do Centro da cidade. A passeata dos 100 mil foi, sem dúvida, um dos marcos históricos na cidade do Rio de Janeiro, a metrópole brasileira que mais sentiu os efeitos da longa noite escura que se abateu sobre o país a partir de abril de 1964, e durou 21 anos ■

Movimento dos Sem-Terra, idéia e objeto



Marcio Lorin*

Há um esforço por parte da imprensa em relacionar os movimentos sociais ao atraso. Não é raro assistirmos ou lermos reportagens sobre a ação de movimentos ou mobilizações sociais associados à idéia de resistência ao avanço técnico e ao progresso. Um conceito forjado na cabeça pela repetição de centenas e milhares de notícias carregadas de ideologia que, segundo Marilena Chauí, é um mascaramento da realidade social que permite a legitimação da exploração e da dominação. Por intermédio dela, tomamos o falso por verdadeiro, o injusto por justo.

No caso das ações do MST, não é diferente. Nunca vi na mídia oficial algo sobre os mais de cem prêmios e honrarias recebidas pelo movimento, como também nunca vi, apesar de ter me esforçado, notícias sobre as 1.800 escolas de ensino fundamental, com 160 mil crianças e adolescentes, funcionando

em acampamentos e assentamentos. Até mesmo em nossa cidade, grande parte da população desconhece que temos uma escola chamada Milton Santos, com programa reconhecido pelo MEC e professores (membros do MST) com pós-graduação. Ainda assim, a imagem passada pela maioria dos meios de comunicação é a de que tal movimento se trata de um grupo terrorista.

Atos de desobediência civil, praticados e apoiados pelo MST, põem em xeque a verdadeira intenção do movimento e, nesse trajeto, entram em choque com a estrutura legal, legitimadora de um determinado modus de organização da sociedade. Em suas lutas, o MST nunca atentou contra a vida. Ao contrário das reações conservadoras que fizeram de Chico Mendes, irmã Dorothy e mais de 1.650 mortos somente nos últimos 23 anos.

O MST e outros movimentos revelam o tamanho das contradições que envolvem a questão agrária no Brasil, aliás, fruto não só de um atraso insti-

tucional, mas principalmente de uma resistência corporativa às boas novas, conseqüências de um processo de democratização. A ação deve ser plena, no sentido de permitir o acesso aos meios de produção, no caso a terra. É o contrário de uma concepção minimalista de uma democracia que consiste apenas no direito às urnas, como querem as oligarquias. Tal arcaísmo se torna evidente diante do retrocesso que significou o resultado da CPMI da Terra.

Ao contrário da idéia de muitos, fundada no obscurantismo ideológico provocado pela mídia, o MST não é uma força retrógrada e sim uma contraposição ao maior símbolo de atraso do Brasil, cuja estrutura fundiária já dura 500 anos e é a espinha dorsal para o desenvolvimento de qualquer nação. Oxalá tivéssemos mais MSTs para chacoalhar o pó desse modelo cheirando a mofo ■

(*) Arquiteto

Etnias indígenas

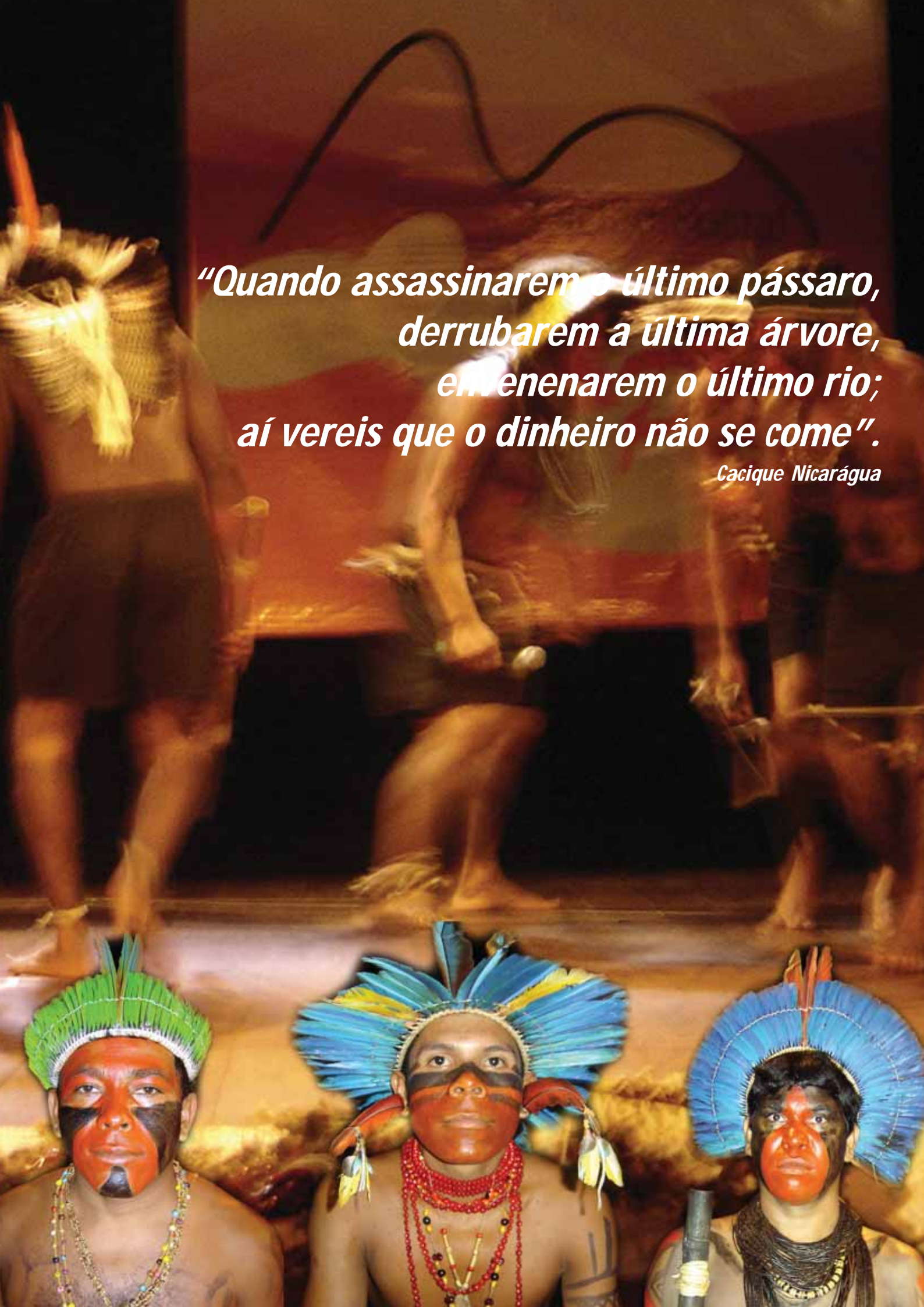


Glória Horta*

Índios em movimento foi o título da série de apresentações musicais de etnias indígenas de regiões distintas do Brasil, no projeto Cartão Postal da MPB, no CCJF. Guarani, Pataxó, Guajajara e Fulni-ô cantaram, dançaram, e conversaram com um público curioso. Além de posarem para a fotógrafa Glória Horta.

Algumas dessas fotos podem ser vistas em www.gloriahorta.net

Poetisa e fotógrafa, é servidora do CCJF-Justiça Federal.



*“Quando assassinares o último pássaro,
derrubares a última árvore,
envenenares o último rio;
aí vereis que o dinheiro não se come”.*

Cacique Nicarágua



O vagão exclusivo para mulheres combate a violência sexista?



Marisa Mello*

A desigualdade entre homens e mulheres ainda é muito forte em nossa sociedade e a mais dura expressão disso é a violência que a mulher sofre simplesmente por ser mulher e que é cometida por um homem. A isso chamamos de violência sexista.

As situações de violência são uma demonstração do poder dos homens sobre as mulheres e, geralmente, são justificadas por argumentos relacionados ao que deveria ser o jeito certo de as mulheres se comportarem. Por exemplo, quando um homem agride fisicamente uma mulher é comum dizer que ela não fez bem o seu trabalho, não se comportou bem e coisas desse tipo. Também quando uma mulher é assediada na rua sendo obrigada a ouvir cantadas ou piadas é como se ela estivesse disponível simplesmente porque está exposta em um lugar público.

Os trens e metrô do Rio de Janeiro são mais um dos locais onde esta violência, – física, psicológica e sexual – afeta as mulheres cotidianamente, nos

colocando em um ambiente de insegurança e medo constantes. Visando coibir a ação de homens que se aproveitam da superlotação dos vagões para abusar das mulheres, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou no dia 8 de março de 2006, Dia Internacional da Mulher, o projeto de lei que obriga as empresas que administram o sistema ferroviário e metroviário no Estado a destinar vagões exclusivos para mulheres nos horários de maior movimento das 6h às 9h e das 17h às 20h.

Ainda que esta medida tenha criado um ambiente bem mais confortável às mulheres que frequentam estes vagões, a nossa pergunta é se esta medida ajuda a combater a violência sexista. E a resposta é não. Para mudarmos a situação das mulheres devemos mudar valores, consciências e comportamentos.

Os trens e metrô são espaços em que há grande espaço destinado à publicidade. Deveria-se destinar uma parte destes anúncios para uma grande campanha de combate à violência contra a mulher e esclarecimento sobre os direitos das mulheres agredidas. Nada disso, simples-

mente separamos as mulheres do convívio e não exigimos que os homens se comportem de forma diferente. Às mulheres que optam por utilizar o vagão, só lhes é garantida a segurança durante aquele trajeto. E quando elas saem do trem e se misturam na multidão? E as que optam por não usar o vagão exclusivo, podem sofrer violência? Há uma naturalização da violência e diante das coisas que parecem ser naturais, as pessoas se acostumam e se acomodam diante delas, mesmo quando não há nada de normal, como é o caso da violência.

A impunidade dos agressores, as idéias sobre a inferioridade das mulheres, a divisão sexual do trabalho, a transformação das vítimas em culpadas – sempre dizem que foi a mulher que provocou e mereceu – são o centro do problema e precisam ser levados a sério. O vagão garante às mulheres segurança durante o trajeto de ida e volta do trabalho. Queremos ter segurança 24 horas por dia. Basta de violência contra as mulheres!

(*) Integrante da Marcha Mundial de Mulheres/RJ

Valores do mercado

Na sociedade neoliberal cresce a produção de bens supérfluos, oferecidos como mercadorias indispensáveis. O consumidor, massacrado pela publicidade, acaba se convencendo de que a saúde de seu cabelo depende de uma determinada marca de xampu. Melhor cortar a cabeça do que viver sem o tal produto... Para o neoliberalismo, o que importa não é o progresso, mas o mercado; não é a qualidade do produto, mas seu alcance publicitário; não é o valor de uso de uma mercadoria, mas o fetiche que a reveste. Compra-se um produto pela aura que o envolve. A grife da mercadoria promove o status do usuário. Exemplo: se chego de ônibus na casa de um estranho e você desembarca de um BMW, acredita que seremos encarados do mesmo modo?



Frei Betto (*)

Para o neoliberalismo, não é o ser humano que imprime valor à mercadoria; ao contrário, a grife da roupa “promove” socialmente o seu usuário, assim como um carro de luxo serve de nicho à exaltação de seu dono. Passa a ser visto pelos bens que envolvem a sua pessoa.

Em si, a pessoa parece não ter nenhum valor à luz da ótica neoliberal. Por isso, quem não possui bens é desprezado e excluído. Quem os possui é invejado, cortejado e festejado. A pessoa passa a ser vista (e valorizada) pelos bens que ostenta. O mercado é como Deus: invisível, onipotente, onisciente e, com o fim do bloco soviético, onipresente. Dele depende a nossa salvação. Damos mais ouvidos aos profetas do mercado – os indicadores financeiros – que à palavra das Escrituras.

Idolatrias à parte, o mercado é seletivo. Não é uma feira-livre cujos pro-

dutores carecem de controle de qualidade e garantia. É como shopping center, onde só entra quem tem (ou aparenta ter) poder aquisitivo.

O mercado é global. Abarca os miliardários de Boston e os zulus da África, os vinhos da mesa do papa e as peles de ovelhas que agasalham os monges do Tibete. Tudo se compra, tudo se vende: alfinetes e afetos; televisores e valores; deputados e pastores. Para o mercado, honra é uma questão de preço. Fora do mercado não há salvação – é o dogma do neoliberalismo. Ai de quem não acreditar e ousar pensar diferente! No mercado, ninguém tem valor por ser alguém. O valor é proporcional à posição no mercado. Quem vende ocupa maior hierarquia do que quem compra. E quem comanda o mercado controla os dois.

Mercado vem do verbo latino *mercari*, “trocar por algo”, que deu também origem a *mercê*, “o que se dá em troca de algo”, donde *mercearia* e *mercenário*. Comércio vem de “com *mercê*”, com troca. Portanto, é dando que se recebe. Quem não tem capital, produtos ou saber para oferecer no mercado, só entra ofertando a força de trabalho, o corpo ou a imbecilidade (vide TV aos domingos).

O mercado tem suas sofisticações. Não fica bem dizer “tudo é uma questão de mercado”. Melhor o anglicismo *marketing*, que significa “ciência do comércio” ■

(*) Autor de “Sinfonia Universal – a cosmovisão de Teilhard de Chardin” (Ática), entre outros livros. Frei dominicano. Escritor – este artigo foi divulgado pela agência de notícias Adital.

Violência não se com

Mário Augusto Jakobskind

Marcelo Freixo atua na área dos direitos humanos há 18 anos. É, portanto, um conhecedor profundo de questões que há muito tempo se discute nos mais diversos foros e recebem uma cobertura intensa da mídia. Nas últimas semanas, por sinal, o Brasil acompanhou, com grande preocupação os acontecimentos em São Paulo, que não chegaram a surpreender os que conhecem, como Marcelo Freixo, a realidade do sistema penitenciário do país. Nesta entrevista exclusiva para **Idéias em Revista**, Freixo explica, sobretudo, como age a polícia do Estado do Rio com o "Caveirão" em um constante desrespeito aos direitos humanos em áreas carentes.



Marcelo Freixo há 18 anos tem se dedicado a questão da defesa dos direitos humanos

Ele mostra também que ao contrário do que imagina o senso comum, a violência não é a melhor fórmula para se combater o crime organizado e a delinquência de um modo geral. A polícia brasileira, seja ela civil ou militar, age assim há muitos anos e só tem agravado o quadro que agora é dramático. A íntegra desta entrevista pode ser lida no portal do SISEFE-RJ (<http://sisejuferj.org.br>)

Idéias em Revista – Como é que tem sido as suas atividades na área de direitos humanos?

Marcelo Freixo – *Eu trabalho aqui no "Justiça Global" há alguns anos, mas, com o*

tema "Direitos Humanos" há 18 anos. Sempre trabalhei com o sistema penitenciário. Já fui professor dentro das prisões. Coordenei por quatro anos a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), quando o Chico Alencar (então deputado estadual pelo PT) foi presidente da comissão. E fui presidente do Conselho da Comunidade, que é um órgão previsto na lei de execução penal e que fiscaliza as prisões do estado. O estado é ponta nessa forma da sociedade civil se organizar. Mas trabalhar com direitos humanos no Rio é uma loucura.

IDÉIAS – Em função dos acontecimentos em São Paulo, como você vê esse quadro nacional nas grandes cidades?

bate com violência



“O que está acontecendo em São Paulo agora não é fruto de um momento de crise. São Paulo perdeu o controle das prisões há muito tempo”

MF – A mídia tem um efeito extremamente importante nessa relação da violência, das violações de direitos para as populações mais pobres do Brasil. Primeiro que a mídia tem uma relação com o governo muito intensa.

Costuma pautar as ações do governo e transforma em prioridade essas ações. E ao mesmo tempo a mídia tem uma trajetória de tratar todas as coisas de forma absolutamente superficial o que leva o governo, muitas vezes, a ter políticas que são também superficiais. Por outro lado, os problemas brasileiros não são conjunturais. O que está acontecendo em São Paulo agora não é fruto de um momento de crise. São Paulo perdeu o controle das prisões há muito tempo.

IDÉIAS – E quais seriam os motivos?

MF – Não há políticas públicas eficientes na área de segurança, na área de direitos humanos, na área de sistema penitenciário, em todas essas áreas. Não há nada mais prioritário hoje do que a questão da segurança. Por uma razão simples, a gente vive num país que tem 50 mil homicídios por ano e que tem o maior número de jovens vítimas de homicídios de todo o mundo. Em nenhum lugar morre mais jovens por arma de fogo do que no Brasil. Então, você vive uma situação de calamidade absoluta. E que é tratada de forma muito esporádica e de forma como que os problemas fossem conjunturais e na verdade eles são estruturais.

IDÉIAS – O que você achou das medidas do Congresso em relação a telefones celulares e outras questões que sequer são atacadas e muito menos mencionadas? Há uma gritaria em torno, até pedindo mais repressão...

MF – O governo não faz análise devida, não aprofunda o debate como deveria, e consequentemente não constrói política pública eficiente para a resolução do problema. Nós apontamos há muito tempo que essas violações de direitos humanos em áreas estratégicas terão resultados traumáticos para toda a

sociedade. Só que enquanto pobre mata pobre, preso mata preso, isso não desperta o interesse da sociedade porque não desperta o interesse da grande mídia. Até que isso extrapola e sai do controle completamente.

“O que acontece no Brasil na década de 90 é decisivo para a gente entender o que ocorre hoje com esses setores e com as instituições totais”

IDÉIAS – E o sistema penitenciário?

MF – A mesma coisa acontece em relação ao sistema penitenciário. Um sistema que prende muito e que tem muita gente presa não significa que seja um sistema qualificado e que reduza a criminalidade. O Brasil teve de 1995 a 2003 um crescimento 93% da população carcerária. O país já é hoje a quarta população carcerária do mundo. Perde apenas para EUA, China e Rússia. São mais de 360 mil presos. Somos hoje uma das sociedades que mais encarcera. E nem por isso menos violenta ou que avança no controle da sua criminalidade.

IDÉIAS – A questão está ligada à política econômica que começou nos anos 90 e prossegue agora. Sem isso não há uma solução concreta?

MF – Eu concordo plenamente. O que acontece no Brasil na década de 90 é decisivo para a gente entender o que ocorre hoje com esses setores e com as instituições totais. Se consolida uma sociedade de mer-

cado, onde uma parcela da sociedade se torna sem condições de se empregar, se torna subcidadã, sem destino, sem função. O lucro do capital hoje não é garantido na produção. É garantido na especulação. Isso provoca estruturalmente a nossa República, na década de 90. O desemprego nunca tinha chegado a taxas de aproximadamente 20% de desemprego real, nos grandes centros urbanos. O objetivo deste capitalismo que está colocado hoje sobre o Brasil, sobre uma parte do mundo, é, na verdade, eliminar os pobres e não eliminar a pobreza.

IDÉIAS – Há quem diga que seria uma visão preconceituosa dizer que é só a partir do pobre que existe a marginalidade?

MF – Essa visão é um equívoco perigoso. Porque os lugares mais pobres do mundo, não são os lugares mais violentos do mundo. O problema é que quando você concorda com isso você leva a uma política repressiva legitimada. Porque se é da pobreza que gera a violência, então, os setores pobres têm que ser controlados porque dali é que nasce o perigo. Isso não é verdadeiro.

“Em nenhum momento a polícia quando entra na favela é para garantir o direito de alguém. Pelo contrário, é para controlar aquele espaço. Independentemente do que você seja ali dentro”

IDÉIAS – Aí cercam a favela...

MF – Colocam o Exército nas favelas... Sem mandado. Isso é muito grave. E se você for olhar hoje qualquer pessoa, até mesmo as pessoas mais sérias da poli-

“O que acontece nessa conjuntura é um processo de criminalização da pobreza, mas, isso se dá através de um processo de exclusão. Que é mais amplo e que vai além da questão econômica”

cia sabem disso, menos de 1% dos moradores de qualquer favela no Rio tem algum envolvimento com crime. O que acontece nessa conjuntura é um processo de criminalização da pobreza, mas, isso se dá através de um processo de exclusão. Que é mais amplo e que vai além da questão econômica. Porque hoje, por exemplo, o que mantém boa parte dessa garotada, pelo menos no caso do Rio, e boa parte dessa garotada envolvida na lógica do crime, não é necessariamente a grana, é muitas vezes a relação de poder, de fascínio e o reconhecimento. E muitas vezes esses grupos, que a gente chama de facções, são lugares onde há o reconhecimento, a visibilidade e uma vida, mesmo que breve, reconhecida.

IDÉIAS – O Caveirão seria a morte chegando à favela?

Marcelo Freixo – Exatamente, com a polícia. A morte representada pelo Estado. Que é o único órgão que entra na favela. O único braço que entra na favela, único braço que é reconhecido... E agora pelo Caveirão você tem o Estado muito presente com políticas de segurança que não são para garantir a segurança daquela população. Porque em nenhum momento a polícia quando entra na favela é para garantir o direito de alguém. Pelo contrário, é para controlar aquele espaço. Independentemente do que você seja ali dentro, se você é um açougueiro, um pa-

deiro, um trabalhador, um pedreiro, que mora na favela. As pessoas trabalham. “A favela vai descer um dia”, a favela desce todo dia. Quando desce, desce para trabalhar. Há uma exclusão de direitos, de reconhecimentos.

IDÉIAS – O pessoal mais humilde, que tem desrespeitado o seu direito humano, como é que ele pode proceder? Ele não vai a uma delegacia de polícia porque não confia na polícia.

MF – Claro que o ideal seria ele ter acesso à Justiça. Esse é um dos grandes programas que torna absolutamente fantástica a idéia de que a gente vive numa democracia. A população toda não tem acesso à Justiça. Então, uma das grandes lutas hoje que a gente tem que ter e de todas as categorias é o fortalecimento da Defensoria Pública. Isso é fundamental porque é um órgão extremamente importante e é um órgão sem autonomia e muitas vezes sem recursos, porque não é prioridade dentro do Estado.

IDÉIAS – Em termos estatísticos de Rio de Janeiro, em cada três cariocas um mora em favela. Qual o quadro desses 1,5 milhão? Na favela, a maioria absoluta é de trabalhadores honestos. Qual seria esse quadro em relação ao percentual, vamos dizer, dos chamados bandidos?

MF – Olha, é impressionante isso. Eu outro dia fui dar uma palestra numa escola da Zona Sul aqui no Rio, e um professor me pediu antes da palestra que ele queria fazer algumas perguntas para ver qual era a visão dos alunos sobre o assunto. Eu sugeri a ele exatamente essa pergunta para que os alunos indicassem qual o percentual que eles acreditavam que os moradores da favela tivessem envolvimento com crime. E era uma múltipla escolha e que a primeira opção era mais de 80%, 60%, 50%, 30% e a última era menos de 1%. E assim, impressionantemente, 90% dos alunos responderam que mais de 90% da favela teriam envolvimento com crime. Quando na verdade, é de menos de 1% ■

CUT elege nova presidente

A servidora da UFRJ Neuza Luiza Pinto, 47 anos, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrj) é a nova presidente da CUT-RJ. A Chapa liderada por Neuza obte 190 votos dos participantes do 12º Congresso Estadual da CUT-Rio de Janeiro (Cecut). A outra chapa, encabeçada pelo presidente do Sindicato dos Químicos, Aurélio de Medeiros, recebeu 152 votos. O 12º Cecut foi realizado de 19 a 21 de maio, no Colégio Pedro II, em São Cristóvão.

Em seu primeiro discurso, já como presidente eleita, cercada por seus apoiadores, Neuza afirmou: "Acabamos de passar por um processo de disputa legítimo e democrático. A disputa acaba agora. Todos somos cutistas e sabemos o valor deste patrimônio para a classe trabalhadora. Nosso mandato será pautado pelo respeito às diferenças, pela busca constante da unidade da classe e pelo trabalho militante construído na luta e na organização". A nova presidente Neuza Luiza é formada em Nutrição pela UFRJ. É militante da corrente petista CUT Socialista e Democrática (CSD).



Neuza Pinto, do SINTUFRJ, presidente da CUT-RJ

“Nosso mandato será pautado pelo respeito às diferenças, pela busca constante da unidade da classe e pelo trabalho militante construído na luta e na organização”

Iniciou sua militância político-sindical na década de 1980 atuando na Associação dos Trabalhadores da Universidade (Asufrj) que, em 1993, se transformou em sindicato, o Sintufrj. Desde 1992, Neuza é eleita pela categoria para a direção da entidade, já tendo sido coordenadora-geral. Na atual gestão coordena o Departamento de Comunicação (Decos). Também foi dirigente por dois mandatos da Federação de Sindicatos de Trabalho-

res das Universidades Brasileiras (Fasubra).

O CONGRESSO – O 12º Cecut teve como tema a luta “Pelo fim da violência contra o Povo”. O lema central, porém, teve uma forte concorrente: a disputa presidencial que se avizinha. Na grande maioria das intervenções do plenário a simpatia pela candidatura Lula foi mencionada. Mas não é unanimidade.

Houve quem propusesse que a CUT não deva se posicionar no primeiro turno das eleições. Na avaliação feita do governo Lula, a política econômica foi a parte mais criticada. Quanto a mudanças na legislação trabalhista, houve unanimidade. A CUT não ad-

mite a flexibilização (retirada) de direitos. Também é definitivo para os congressistas que a CUT quer distribuição de renda e valorização do mundo do trabalho. A CUT quer um programa de governo que leve a um país justo, democrático e socialista. Na questão interna, além da avaliação das secretarias da CUT, foi proposta a criação de quatro novas pastas: anti-racismo, saúde, meio ambiente e aposentados.

O 12º Cecut foi um dos mais prestigiados pela direção nacional da entidade da história da central. Vieram trazer mensagens ao Rio de Janeiro o presidente nacional da CUT, João Felício; o vice-presidente, Wagner Gomes; o secretário-geral, Carlos Alberto Grana; o secretário de Comunicação, Antônio Carlos Spis e o diretor Júlio Turra. Também fez parte da cerimônia uma homenagem ao companheiro Anderson Luís, presidente do Sindicato dos Laticínios do Rio de Janeiro, assassinado em 10 de abril de 2006. ■

Mais Brasil?



Gustavo Barreto*

Você acredita que uma iniciativa autodenominada “movimento” e apoiada por Armínio Fraga, Gustavo Franco, João Roberto Marinho, Antonio Ermírio de Moraes, Nelson Sirotsky e Roberto Civita mudará o Brasil? Chamo a atenção para a campanha protagonizada por artistas, entre eles Marcelo D2 e Daniela Mercury. É um “movimento” denominado *Quero Mais Brasil*. Dizem ter apoio de 210 entidades e de muitas pessoas famosas. A campanha tem chavões como “(...) movimen-

to que convida a sociedade brasileira a se dar as mãos e fazer com que o eterno país do futuro se torne o Brasil do presente”, e logo de cara a ênfase neoliberal típica dos tempos de FHC: “(...) Querer Mais Brasil é exigir que os governos, das cidades, dos estados e do país, não gastem mais do que arrecadam. (...) é exigir a mesma eficiência dos órgãos públicos que da iniciativa privada”. A participação é fácil: com um clique, nome, cidade e mensagem, o *Quero Mais Brasil* convida você a “não se omitir” e escrever aos governantes. Sem grande esforço, o leitor é induzido a apoiar a campanha sem conhecer seus apoiadores. Entre os “conselheiros” estão: Antonio Ermírio de Moraes, João Roberto Marinho, Luciano

Huck, Nelson Sirotsky, Roberto Civita, Roberto Medina, Viviane Senna e Washington Olivetto. Na página vem em destaque, o logo do “Instituto Millenium” (<http://institutomillenium.org>), que se autodefine: “O instituto se dedica a intervir no debate público para promover os valores de liberdade, economia de mercado e Estado eficiente, por meio de estudos e publicações, tendo como parâmetros os padrões de modernas democracias de mercado”. Há uma patética diferença entre os “ideais” dos formuladores deste movimento e as idéias difundidas tanto pelos “conselheiros” e o instituto parceiro.

Assim, os idealizadores publicam artigos que dizem, entre outras barbaridades: “(...) prédios públicos em cidades são freqüentemente invadidos por legiões do MST e congêneres, e o viés ideológico que orienta o Estado no campo já tem seu caminho para dentro dos centros urbanos traçado na lei. É o Estatuto das Cidades, que em obediência à Constituição sujeita ao poder discricionário do Estado a propriedade urbana, ou seja, diz que esta deve cumprir sua função social”. O autor do artigo, João Accioly, vê isto como uma “redução de liberdade imposta a quem detém direitos de propriedade sobre território urbano (...)”. O mesmo Accioly é membro fundador do tal Instituto Millenium (veja em <http://institutomillenium.org/quem-somos/>), junto com Antonio Carlos Pereira (editor do Estadão), Gustavo Franco (ex-presidente do Banco Central durante o governo FHC), Luiz Eduardo Vasconcelos (ex-diretor executivo das Organizações Globo e membro do Conselho Editorial das Organizações Globo), entre outros. O responsável pelo “comitê gestor do fundo patrimonial” do instituto é Armínio Fraga, outro ex-presidente do BC de FHC. Fácil deduzir o sentido do nome “Quero Mais Brasil”. A pequeníssima parte dos brasileiros que já tem quase 80% de todas as riquezas da nação não está satisfeita ■

(*) Editor da imprensa alternativa, coordenador da Revista Consciência.Net e colaborador da Fazendo Media (editoria de Internacional), Revista Viração e Núcleo Piratininga de Comunicação. Integrante do Movimento Humanista.

Barbárie Social: capital São Paulo

João Pedro Stédile*

A amigos do Rio de Janeiro: recentemente voltei de reuniões internacionais em Viena. Uma cidade histórica, com desemprego de 5%, aonde 90% dos jovens estão na universidade pública e gratuita. Não há favelas. E os indicadores de violência são inexpressivos. Uma cidade tranqüila, e que à noite me pareceu até escura demais. Eles têm lá seus problemas sociais. Mas definitivamente é um país com pouca pobreza e desigualdade.

Chego a São Paulo, onde moro, e parecia que o avião tinha errado e descido em Bagdad, tal o clima de apreensão, violência, atentados; 81 mortos em três dias, bombas por todo lado. E mais de cem cadeias rebeladas.

A polícia acuada, o governo perdido, mentindo. E a população com medo. Setores da imprensa, irresponsáveis, buscavam apenas aumentar a audiência e suas vendas, geravam mais pânico na população e pediam mais armas, repressão, cadeia, mais leis, mais guerra.

Ora, se repressão policial resolvesse, não teria mais problema nenhum, pois faz 500 anos que só se reprime pobre nesse país. São Paulo tem mais de 250 mil policiais militares e civis, e outros 300 mil homens trabalhando em segurança privada. Um exército maior do que está operando no Iraque.

Os bandidos estão errados. Eles não têm consciência nem de sua existência. Apenas reagem a situação que vivem. Mas o que precisamos compreender é por que São Paulo tem 140 mil



presos e tanta violência?

No fundo, tudo isso é o resultado de uma sociedade historicamente construída sobre a super exploração dos pobres, que lhes nega todos os direitos, e da extrema desigualdade social existente entre pobres e ricos. Tudo isso se agravou com 15 anos de uma política econômica neoliberal, que só marginalizou os pobres.

Comparem com Viena. Aqui o desemprego atinge 25% da população adulta e 65% dos jovens pobres da periferias não têm o que fazer. Apenas 8% dos jovens em idade universitária, podem entrar numa faculdade. Enquanto o salário mínimo é de 350 reais, tem oito

mil abastados na cidade que gastam mais de 30 mil reais por mês em seus cartões de crédito. No neoliberalismo, a solução para os mais pobres é a marginalidade, a cadeia, ou a migração para outros países, como acontece nos demais países latinos. Enquanto não tivermos um modelo econômico que garanta as oportunidades para todos, de forma igualitária, e que permita aos pobres melhorarem de vida, a parcela deles que adere ao banditismo será cada vez maior. Ou há mudanças econômicas e sociais, ou a barbárie vai aumentar ■

(*) Membro da coordenação nacional do MST e da Via Campesina Brasil

George W. Bush – Julgado e condenado em solo brasileiro



Cristina Feio de Lemos*

Recife/PE – Foi instaurado na UFPE, durante o II Fórum Social Brasileiro, dia 21/04/06, o Tribunal dos Povos, no qual foi julgado por crimes de guerra e contra a humanidade, o governo dos Estados Unidos, na pessoa de seu presidente George W. Bush. Presentes o juiz, Sr. François Houtart, sacerdote e sociólogo belga, diretor do Centro Tricontinental e do Fórum Mundial de Alternativas, júri, promotora, defesa e testemunhas de acusação. O relato das atrocidades cometidas nas demonstrações de poder militar do réu veio na manifestação das testemunhas de acusação. Assim, transcorridos os discursos emocionantes de *Adriana Perez* (cubana, esposa de um dos cinco patriotas presos pelos EUA), de *Fawzi El-Mashni* (palestino), de *Héctor Herrera Jimenez* (tenente venezuelano), de *João Felício* (CUT), de *Terezinha Braga* (Centro Brasileiro de Solidariedade e de Luta pela Paz) e de *João Paulo* (MST), coube ao Promotor a exposição da lista de crimes

reiteradamente cometidos por aquele governo: total desrespeito às soberanias dos países – como o Afeganistão e o Iraque – os quais invadiu, matando impiedosamente civis; destruindo recursos naturais e aniquilando o patrimônio cultural mais antigo da história da humanidade, em sua ofensiva militar paranóica contra tudo aquilo que é intitulado “terror”. A promotora lembrou, que, se de cada família das vítimas mortas das guerras empreendidas pelo réu, fosse recebida uma procuração para representação neste júri, as pilhas de papéis em muito superariam a altura da tenda em que se realizava o tribunal. O juiz, então, concedeu a palavra à defesa. O advogado João Roberto Cavalcanti, vaiado pelo auditório lotado por mais de 650 pessoas, participantes do fórum e representantes nacionais da sociedade organizada, lembrou que sua presença não simbolizava concessão aos EUA, mas uma homenagem à Justiça, representando o direito à defesa. Ao final, o corpo de jurados condenou George W. Bush pela prática de 15 crimes. Na sentença, lida na íntegra pelo juiz, o réu

foi condenado pela “invasão e subsequente ocupação e recolonização do Iraque... numa grave violação do direito internacional”, pelas torturas e tratamentos degradantes a prisioneiros; pelos saques aos recursos naturais – sobretudo o petróleo e, por fim, exige a imediata retirada das tropas, a libertação e anistia dos presos iraquianos, cubanos e afegãos e o fim dos embargos impostos à Palestina, Cuba e Iraque, solidarizando-se com o povo iraniano, cujas circunstâncias apontam como próximo alvo internacional. Ao final, a sentença denuncia o cerco militar às fronteiras brasileiras (na Amazônia e tríplice fronteira). A deliberação da vontade popular foi condenação, em julgamento formal e simbólico, neste Tribunal dos Povos, dos atos cometidos por Bush, representando o fortalecimento de uma corrente política e cultural antiimperialista, contra a guerra e pela paz ■

(*) Servidora da JF e diretora da Secretaria de Comunicação do Sintrajufe/RS

Lições da Colômbia?



Fórmula colombiano de combate a violência não serve para o Brasil.

Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá*

Acreditem, a Rede Globo descobriu a fórmula para acabar com a violência no Brasil: devemos imitar a Colômbia! Lá os criminosos são tratados com o rigor da lei, em presídios protegidos por cachorros condecorados. E mais, segundo Miriam Leitão, o presidente Álvaro Uribe Vélez, assim como Hugo Chávez, fica tenso nas entrevistas, rezeando perguntas capciosas. Mas diferentemente do venezuelano, não fez um governo “nem de esquerda, nem de direita”. Seu mandato “teve uma preocupação total com segurança, afastando ameaças de narcotraficantes tanto das Farc como

dos paramilitares”, e portanto, contando com a bem-vinda ajuda milionária dos EUA.

Para completar, ela informa ainda que Uribe não abandonou seus deveres de mandatário da nação durante o período pré-eleitoral (insinuando uma atitude contrária à de Lula). Se reelegeu em primeiro turno mesmo sem ter feito campanha e nem participado de debates. Tudo parece muito lógico na telinha mágica da Globo, não?

Mas os repórteres enviados para conhecer as lições colombianas (depois da série de matérias em que Glória Maria apresentou no Fantástico os paraísos turísticos do país) não devem ter visto os dados do Observatório para a

Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos (FIDH/OMCT). Segundo a ONG, 47 ativistas foram mortos na Colômbia em 2005, sendo que 15 deles foram antes seqüestrados ou torturados. Sindicalistas assassinados, de acordo com a Escola Nacional Sindical, seriam 29 só no primeiro semestre do ano.

O Partido Comunista Colombiano foi praticamente extinto, à bala. E pelo menos um candidato presidencial renunciou por falta de garantias de vida. Este sim é o verdadeiro resultado do que se chama “Política de Segurança Democrática” de Uribe. ■

(* Fotógrafos e jornalistas independentes. Mais sobre o trabalho da dupla no endereço <http://mediaquatro.sites.uol.com.br>

Como assassinar um Anjo



Toda publicação importante tem grandes reportagens guardadas na gaveta. Elas são impressas em períodos de marasmo ou quando podem trazer vantagens políticas. *O Globo* apresentou algumas sobre os CIEPs e o que ocorrera com eles depois de 21 anos da sua criação. Perguntei-me: por que esta série agora num período eleitoral tão conturbado e bem abaixo da linha da mediocridade? Pensei ter entendido quando li uma série de perfis de ex-alunos dos CIEPs que não haviam “vencido”: de um delinquente vivo e outro desaparecido. Embora *O Globo* tenha sido inimigo implacável dos CIEPs denunciando-o como demagogia eleitoral, posso lhes garantir que foi a maior obra social realizada no Brasil na segunda metade do século passado. Tivesse de fazer uma metáfora diria que vejo este trabalho como um anjo que vem sendo assassinado a pauladas desde 1986. Foi levado por Brizola para o hospital de 1991 a 1994.

Voltou a ser brutalmente agredido e quase morto de 1995 a 1998. Em 1999 fizeram-lhe alguns curativos para abandoná-lo completamente até os dias de hoje.

Não entendi se as reportagens queriam sondar os leitores, se pretendiam, numa grande jogada, privatizar os CIEPs ou, finalmente, dando à mão à palmatória, reconhecer o óbvio – que a violência é causada pela falta de educação – e sugerir seu franco aproveitamento. Só sei de uma coisa: 90% dos leitores pediram a ampla recuperação dos CIEPs como a mais eficiente arma contra o crime. A partir de então, o jornal deixou de opinar e limitou-se a informar chegando a ponto de dizer que alguns CIEPs são verdadeiras obras primas de educação. Um periódico pode posicionar-se contra o que ou quem quiser mas não contra os leitores e isso os rapazes do senhor Roberto sabem.

O projeto dos CIEPs foi criticado por ser caro demais. Por que o que é

para o povo não pode ser caro? Quando Brizola concluiu seu mandato havia duzentos CIEPs em plena atividade. Hoje são 516 mas poucos funcionam em turno integral e mantém a filosofia humanística original de produzir cidadãos, tirar as crianças da rua, cuidar da sua saúde e alimentação quatro vezes por dia servir de moradia para as crianças órfãs ou filhas de pais sem condições para sustentá-las. Se os CIEPs tivessem funcionado ininterruptamente de 1985 até hoje imaginem como seria o Rio: 506 mil crianças preparadas para a vida.

Nunca esquecerei o dia em que vi dezenas de meninos e meninas do morro do Pavãozinho correndo peladas pelos banheiros de um CIEP montado sobre a carcaça de um hotel na Lagoa. Ensaboados se divertiam e quando perguntei a razão daquela farra a professora me explicou que a maioria nunca havia visto água encanada na vida. ■



Seguranças Rio Branco

Campeão Invicto do I Taça João Saldanha de

Convênio com a **ACM**

Associação Cristã de Moços

Aproveite!

A ACM é pertinho de quase todos os Tribunais, logo ali, na Rua da Lapa.

CONCESSÃO DE DESCONTOS

A SISEJUFE/RJ firmou uma concessão de desconto com a Associação Cristã de Moços (ACM), inicialmente na Unidade Centro do Rio de Janeiro, localizada na Rua da Lapa, 86.

Os funcionários / associados do SISEJUFE/RJ e seus dependentes (cônjuge e filhos de 6 a 15 anos) que se matricular na ACM na categoria de ASSOCIADO PLENO, terão direito a praticar Ginástica (jump, alongamento, jogging local, step, programa de cond. Físico), Natação, Hidroginástica, Voleibol, Futsal, Basquetebol, Handebol, com um desconto de 20% na mensalidade, sem taxa de matrícula.

Outras categorias de associado e atividades como Musculação, Artes Marciais, Bike Indoor e Dança de Salão também são oferecidas, entretanto com condições diferentes.

Informações detalhadas poderão ser obtidas diretamente no setor de associados da Associação Cristã de Moços (ACM) – Centro – Rio de Janeiro – RJ, ou pelo telefone (21) 2509 – 5727 ramais 304, 206, 219 ou 302.